



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ELIAS PIRES DE SOUSA

**O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO COMBATE AO USO E TRÁFICO DE
DROGAS EM GOIÂNIA**

GOIÂNIA-GO

2024

ELIAS PIRES DE SOUSA

**O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO COMBATE AO USO E TRÁFICO DE
DROGAS EM GOIÂNIA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Rafael Baitello Barutti.

GOIÂNIA-GO

2024

O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO COMBATE AO USO E TRÁFICO DE DROGAS EM GOIÂNIA

THE WORK OF MILITARY POLICE OFFICERS IN COMBATING DRUG USE AND TRAFFICKING IN GOIÂNIA

Elias Pires de Sousa¹
Rafael Baitello Barutti²

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender como é o trabalho da Polícia Militar no apoio às investigações de crimes de tráfico de drogas em consonância com seu objetivo constitucional de manutenção da paz. A pesquisa foi produzida através de uma pesquisa de campo, através de um questionário disponibilizado no *Google Forms*. As atividades de manutenção da ordem pública são inerentes com atividades policiais rotineiras e são realizadas da seguinte maneira: preventiva, para manter a ordem pública em circunstâncias normais, e repressivas, com o objetivo de restabelecer essa ordem em situações em que tenha sido perturbada. Com a CF/88 1988, os principais legisladores procuraram ampliar o escopo das responsabilidades desses profissionais para que, além de atuar como polícias ostensivas também possam ter outras atribuições. Assim, os resultados dessa pesquisa evidenciaram que a problemática do tráfico de drogas em Goiânia é uma realidade, onde constantemente é visualizada mediante o policiamento ostensivo de rotina, além disso foi constatado que mesmo diante da atuação da Polícia Militar, o mesmo se encontra desamparado com relação ao apoio do poder legislativo.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas; Polícia Militar; Trabalho ostensivo.

Abstract

This article aims to understand how the Military Police work in supporting investigations into drug trafficking crimes in line with its constitutional objective of maintaining peace. The research was produced through field research, using a questionnaire available on Google Forms. Public order maintenance activities are inherent to routine police activities and are carried out in the following manner: preventive, to maintain public order in normal circumstances, and repressive, with the aim of reestablishing that order in situations where it has been disturbed. With CF/88 1988, the main legislators sought to expand the scope of the responsibilities of these professionals so that, in addition to acting as ostensible police officers, they can also have other duties. Thus, the results of this research showed that the problem of drug trafficking in Goiânia is a reality, where it is constantly seen through routine overt policing. Furthermore, it was found that even in the face of the Military Police's actions, it finds itself helpless with in relation to support from the legislative branch.

Keywords or Palabras clave: Drug trafficking; Military police; Ostensible work.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: elias2020pires@gmail.com. Telefone: (62) 993662211.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito e Especialista em Segurança Pública. Email: rafaelbarutti@gmail.com. Telefone (61) 9.9391-1200.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de as leis parecerem ser mais rigorosas, o uso de substâncias ilícitas em todo o mundo continua a ser uma preocupação e é considerado um problema de saúde global, causando danos físicos, mentais e sociais aos seus usuários. Ao longo dos anos, o surgimento de múltiplos acordos e tratados internacionais levaram o Estado Brasileiro a modificar suas leis, que antes eram repressivas e hoje são consideradas um problema de saúde pública.

Um dos principais avanços foi a Lei n. 11.343 de 2006, que conceitua os crimes que possuem relação com o tráfico de drogas, genericamente em seu artigo 33, descrevendo que as várias ações que identificam o crime de tráfico de drogas, dentre elas está o de fornecer drogas. Além disso, esta Lei adotou um novo olhar, uma visão diferente sobre o consumo e venda de drogas, uma vez que impôs sanções mais rigorosas aos traficantes e consumidores de drogas, que eram considerados problemas da saúde pública. Esses usuários, a fim de manter seu vício, passam a cometer delitos e conseqüentemente a Polícia Militar atua conforme a legislação, diferenciando usuário de criminoso.

No centro das discussões sobre a segurança pública no Brasil, está o tráfico de drogas, pois afeta todas as áreas da sociedade. Enquanto as famílias são devastadas pela toxicodpendência, os criminosos enriquecem com o comércio ilegal de drogas, um negócio ilegal multibilionário à custa daqueles que, por uma razão ou outra, acabam por sucumbir a entrar no abuso de drogas. Seja como usuário ou distribuidor, eles garantem que os medicamentos cheguem ao destino final. Logo, o trabalho justifica-se por ser um problema bastante atual e que requer atenção do policial militar e do poder público como um todo.

O abuso e o tráfico de drogas colocam em perigo o desenvolvimento social e constituem problemas para a segurança pública, a educação, a assistência social e, especialmente, a saúde pública. Além disso, a pandemia aumentou o risco de dependência química devido ao isolamento social, aos cuidados terapêuticos limitados e à rápida adaptação das redes de tráfico. Logo, a pesquisa questiona como é a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás para o combate ao uso e tráfico de drogas?

O principal objetivo deste trabalho é apresentar a legitimidade do trabalho diário dos policiais militares no combate ao crime de tráfico de drogas. Assim, como objetivos específicos, têm-se: apresentar a lei antidrogas; compreender o papel da Polícia Militar no combate a esse tipo de crime; e ainda, entender até que ponto a Polícia Militar pode intervir no consumo de drogas pela população.

Este trabalho será confeccionado a partir de uma pesquisa de campo, onde serão elencadas perguntas referentes ao trabalho do policial militar no combate ao uso e tráfico de drogas em Goiânia. A pesquisa terá caráter quantitativo, além de uma pesquisa por formulário (*Google forms*) com policiais militares que atuam no policiamento ostensivo da capital, a fim de levantar dados sobre o trabalho da PM e sua relação com o uso e tráfico de drogas. Será feito por aproximadamente 30 policiais militares e o critério de inclusão é trabalhar no policiamento ostensivo, podendo, com propriedade, detalhar acerca da problemática.

2 TRÁFICO DE DROGAS

O comércio ilegal de drogas ou tráfico de drogas é dedicado ao cultivo, fabricação, distribuição e venda de drogas. O consumo de drogas ilegais está generalizado a nível mundial e continua a ser muito difícil para as autoridades locais reduzir as taxas de consumo de drogas (Cecílio, 2010).

Os países de produção e trânsito de drogas são alguns dos mais afetados pelo comércio, embora os países que recebem as substâncias importadas ilegalmente também sejam negativamente afetados (Cecílio, 2010).

Em vários países, o comércio ilegal de drogas está diretamente ligado a crimes violentos, como homicídios e violência armada, geralmente motivados por disputa de territórios para sua comercialização. Existem vários argumentos sobre a correlação do comércio livre com o aumento da atividade no comércio ilícito de drogas. Atualmente, a estrutura e o funcionamento da indústria de drogas ilícitas são descritos principalmente em termos de uma divisão internacional do trabalho (Cecílio, 2010).

O consumo de *cannabis* é tolerado em alguns países, que legalizaram a posse e a venda licenciada (mas não o cultivo) da droga. Muitas nações descriminalizaram a posse de pequenas quantidades de maconha. Devido à natureza resistente da planta *cannabis*, a maconha é cultivada em todo o mundo e é hoje a droga ilegal mais popular do mundo e com o mais alto nível de disponibilidade. A *cannabis* também é cultivada legalmente em muitos países para uso industrial e não medicamentos (Cecílio, 2010).

A procura de *cannabis* em todo o mundo, juntamente com a relativa facilidade de cultivo da droga, faz do comércio ilícito de cannabis uma das principais formas através das quais os grupos criminosos organizados financiam as suas atividades (Hypolito, 2013).

Apesar de não ser produtor, o Brasil continua a ser um centro estratégico para o transbordo e tráfico de drogas ilícitas no mercado interno e através das fronteiras aéreas e

marítimas para mercados consumidores ou intermediários na Europa, África e Ásia. Entre 2017 e 2022, ficou atrás apenas da Colômbia como o principal país de origem da cocaína interceptada pelas autoridades policiais em todo o mundo, embora apenas cerca de 5% da quantidade global tenha sido apreendida no país (Hypolito, 2013).

O artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 que define o crime de tráfico de drogas, onde descreve os fatores pelas quais a venda desses ilícitos é proibida, além da compra, produção e armazenamento não autorizado de drogas ilícitas. A pena para esse ato criminoso é de pena de reclusão e multa que pode variar entre 5 a 15 anos (Silva; Neres, 2018).

A compra, armazenamento ou posse não autorizada de drogas é punível com advertências sobre os males do uso de drogas, realização de serviços à comunidade e participação obrigatória em programas educativos, e está prescrita no art. 28 da mesma lei. O uso de drogas para fins de consumo pessoal dependerá da quantidade apreendida, bem como a forma e o local em que ocorreu a apreensão, a situação social e pessoal do indivíduo e a sua conduta e antecedentes criminais (Rosa, 2015).

No entanto, nenhum destes documentos legais define o tráfico de drogas, nem prevê legalmente os crimes de tráfico de drogas, como o homicídio (Antunes; Morais, 2018). Em vez disso, os legisladores brasileiros adotaram um sistema de reconhecimento judicial ou policial, no qual juízes ou autoridades policiais analisam cada caso específico e decidem se as drogas apreendidas são para uso pessoal ou para tráfico.

2.1 O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

As unidades da Polícia Militar são a principal força policial ostensiva em nível estadual e são responsáveis pelo policiamento e pela manutenção da ordem pública. Suas formações, regras e uniformes variam dependendo do estado. Os trabalhos investigativos e periciais são realizados pela Polícia Civil de cada estado (Silva *et al*, 2017).

Em 2004, a Força Nacional de Segurança Pública foi criada para lidar com grandes crises de segurança. A unidade, composta pelos policiais militares mais qualificados de todos os estados da federação, só poderá ser implantada por comando expresso de um governador do estado (Silva *et al*, 2017).

A primeira polícia militarizada em Portugal (quando o Brasil ainda era colônia) foi a Guarda Real de Polícia de Lisboa, criada em 1801, que foi seguido pelo modelo da Polícia nacional da França, criada em 1791 (Silva *et al*, 2017).

Em 1834, Pedro I morreu em Portugal, diminuindo o medo no Brasil de uma reunificação dos reinos. A Guarda de Voluntários foi então transformada em Corpo de Polícia Provincial, com tropas profissionais. O Corpo de Polícia foi criado com a mesma estrutura do Exército e para servir como tropa de reserva quando necessário (Vasconcelos, 2018).

Com a queda do Império, a Primeira República Brasileira adotou uma constituição baseada na dos Estados Unidos, onde os estados federados têm amplo grau de autonomia. O Corpo de Polícia passou a ser administrado pelos estados e tornou-se pequenos exércitos estaduais, com infantaria, cavalaria, artilharia e até forças aéreas. Este perigo para a segurança nacional ficou até o final da 2ª Guerra Mundial (Vasconcelos, 2018).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Polícia Militar tornou-se uma força policial mais tradicional. A Polícia Militar de qualquer estado está organizada como uma força militar e possui uma estrutura hierárquica de base militar. O treinamento é mais voltado para questões policiais, mas o treinamento de contra insurgência também está incluído. As armas e equipamentos das forças estatais incluem metralhadoras e carros blindados, além de outros itens geralmente associados à polícia (Vasconcelos, 2018).

Entre 1969 e 1985, o Ministério do Exército controlou a Polícia Militar durante os períodos de emergência nacional declarada. Antes de 1930, essas forças estavam sob controle estatal individual e eram conhecidas como os exércitos dos governadores (Silva, 2021).

Durante a ditadura militar, as unidades da Polícia Militar eram frequentemente comandadas por oficiais do exército na ativa, mas isso ocorreu com menos frequência, à medida que os policiais profissionais alcançaram postos e posições mais elevadas. O comando é dividido em regiões policiais, que implantaram batalhões e companhias policiais (Silva, 2021).

Em 1903 o Exército Brasileiro optou pelos uniformes de campo de cor cáqui, posteriormente copiados pela Polícia Militar. Em 1934, o Ministério da Guerra estabeleceu o cáqui como a cor de todas as forças de reserva. Após a Segunda Guerra Mundial, a Polícia Militar teve autonomia para adotar uniformes próprios, mas a maioria permaneceu com o cáqui (Silva, 2021).

3 METODOLOGIA

O tráfico decorre da ilicitude das drogas, e essa mesma irregularidade implica diversas consequências sociais: criminalidade, violência, marginalização e maiores índices de intoxicação por produtos químicos adulterados com drogas. Portanto, o objetivo principal deste

trabalho é buscar apresentar a legitimidade do combate diário dos militares e policiais aos crimes de tráfico de drogas.

Para isso, será realizada uma pesquisa quantitativa, a fim de compreender como o trabalho da Polícia Militar auxilia no combate ao tráfico de drogas em Goiânia. Segundo Günther (2006), a pesquisa decampo caracteriza-se por uma classificação de métodos científicos que utiliza diversas formulas estatísticas para quantificar ideias e dados para um estudo específico.

Seu objetivo é verificar o raciocínio lógico e todas as informações mensuráveis da experiência humana. Assim, as formas de obtenção de dados são construídas por meio de questionários de múltipla escolha, entrevistas pessoais e outras fontes com questões objetivas claramente definidas.

Logo, utilizando esse método de pesquisa, será elaborado um questionário contendo 10 questões, sendo quatro de caráter socioeconômico e seis relacionadas ao tema. Como critério de inclusão será: policiais militares da cidade de Goiânia, que derem o aceite no termo de livre consentimento. A pesquisa será aplicada entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2024, quando concluída, os dados serão tabulados utilizando o *Excel*, e serão construídos gráficos para melhor visualização.

Antes disso, será levantado um referencial teórico sobre a temática em questão, primeiramente, abordando o tráfico de drogas, conceituando, e elencando os ordenamentos jurídicos que tratam o caso, e em seguida, será elencada a história da polícia militar bem como suas atribuições.

Será dada prioridade a artigos, livros e revistas eletrônicas que forem escritas após o ano 2000, exceto leis. Por fim, serão confrontados os dados da pesquisa de campo com o referencial teórico pesquisado.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

O abuso e o tráfico de drogas põem em perigo o desenvolvimento social e agravam problemas relacionados à segurança pública, à educação, à assistência social e, especialmente, à saúde pública. O objetivo principal deste trabalho foi demonstrar a legitimidade da luta diária da Polícia Militar contra os crimes de tráfico de drogas. A pesquisa teve como referência a natureza quantitativa e utilizou formulários (*Google forms*), para entrevistar policiais que atuam no policiamento da capital, coletando dados sobre sua atuação em relação ao tráfico de drogas. O trabalho foi realizado com 33 pesquisados.

Os dados socioeconômicos foram distribuídos na tabela 1 abaixo. Logo pode-se constatar que a maior parte dos entrevistados estão entre 25 e 29 anos de idade e ainda como soldados e possui menos de um ano de serviço na PM-GO.

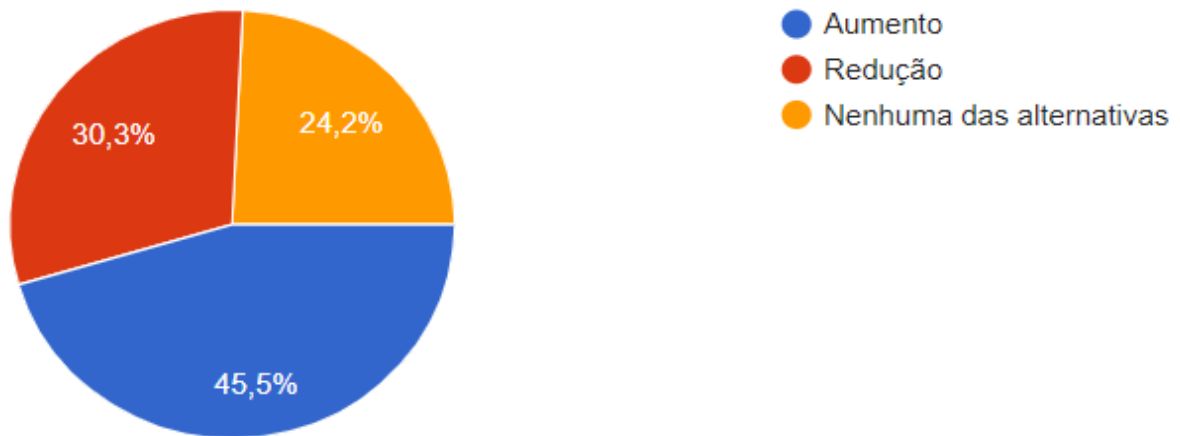
Tabela 1: Dados socioeconômicos

Variável	Distribuição
Idade	$x \leq 24$ – 18,2% $25 \leq x \leq 29$ – 42,4% $30 \leq x \leq 34$ – 21,2% $x \geq 35$ – 18,2%
Posto ou graduação	Soldado – 78,7% Soldado 2º Classe – 9,2% Cabo – 6,1% Capitão – 3% Sargento - 3%
Tempo de serviço	$x < 1$ - 78,9% $1 \leq x < 5$ – 0% $5 \leq x \leq 9$ – 9% $x \geq 10$ – 12,1%

Fonte: Autor, 2024

A pesquisa iniciou-se questionando aos entrevistados se percebem um aumento ou uma redução no número de pessoas consumindo drogas em Goiás, o resultado foi demonstrado na figura 1 a seguir, onde a maior parte compreendeu que houve um aumento no consumo de drogas por parte da população.

Figura 1: O sr(a) percebe um aumento ou uma redução no número de pessoas consumindo drogas em Goiás?

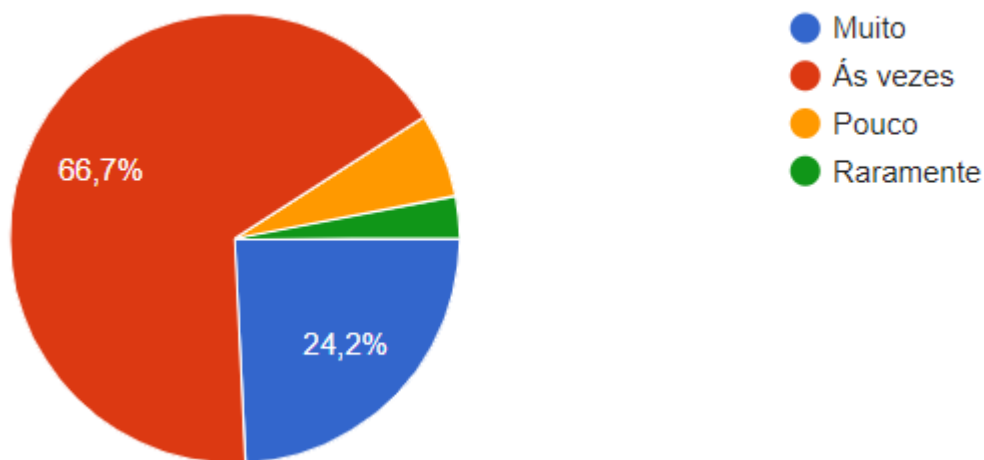


Fonte: Autor, 2024

O segundo questionamento diz respeito ao tipo de droga utilizada que mais se depara em uma abordagem, os resultados foram: 87,9% maconha, 9,1% crack e 1,3% cocaína. Para Cecílio (2010), o consumo de *cannabis* é uma realidade global com uma história que remonta a milhares de anos. Atualmente é uma das drogas mais consumidas no mundo, com legalização parcial ou total em vários países levando a um aumento significativo do seu uso. Os potenciais danos associados ao consumo incluem o surgimento ou agravamento de doenças mentais graves (especialmente esquizofrenia), problemas cognitivos, impulsividade e exacerbação.

O terceiro questionamento diz respeito a abordagens, na qual questionava: mediante seu policiamento ostensivo, com que frequência o sr. (a) se depara com pessoas traficando drogas? As respostas dispostas na figura 2 demonstra que, as vezes e muita foram as mais votadas, refletindo que o uso de drogas acaba tendo danos não somente para o corpo, mas também social.

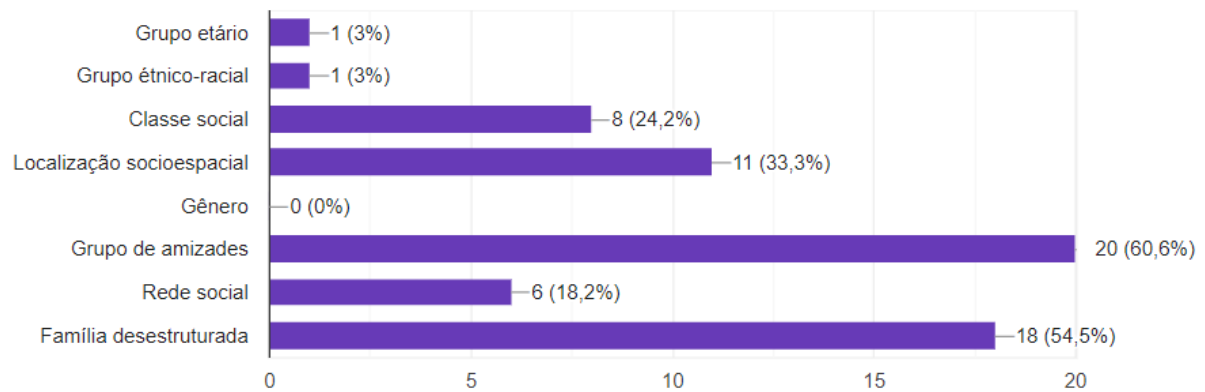
Figura 2:Mediante seu policiamento ostensivo, com que frequência o sr. (a) se depara com pessoas traficando drogas?



Fonte: Autor, 2024

O próximo questionamento diz respeito a entrada no mundo das drogas, onde foi questionado qual a principal entrada no mundo das drogas, a principal alternativo foi amizades, seguidos de família desestruturada e localização socioespacial conforme demonstra a figura 3 a seguir. Muitos fatores estão associados ao abuso de álcool e drogas na adolescência. Segundo Cardoso e Malbergier (2014), os amigos parecem ter forte influência na iniciação e progressão do uso de álcool, tabagismo e uso de maconha em adolescentes.

Figura 3:qual o principal ponto de entrada para as drogas?



Fonte: Autor, 2024

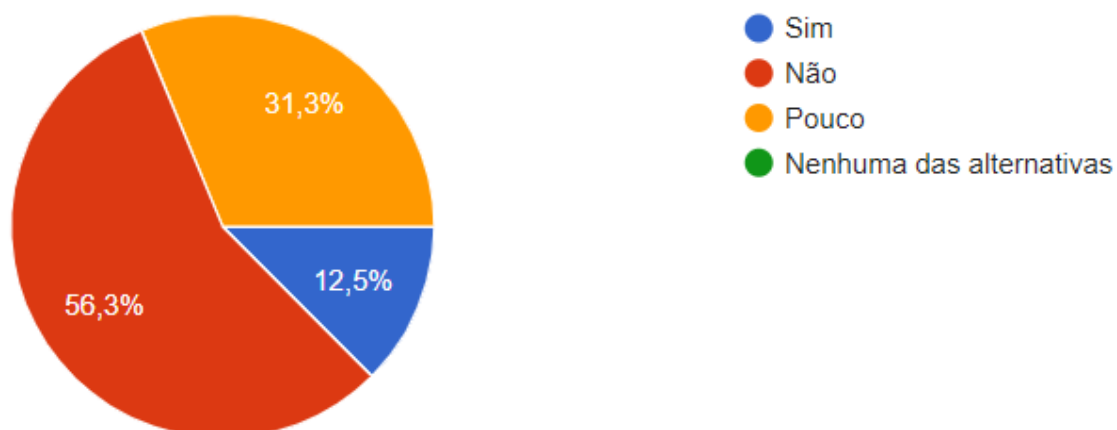
O próximo questionamento diz respeito à Política Nacional de drogas, foi questionado como eles avaliavam a política nacional de drogas, os resultados foram 60,6% pouco eficiente e 39,4% insuficiente. A Lei nº 11.343, de agosto de 2006, também conhecida como Lei de Entorpecentes, é uma das principais leis penais sobre o assunto. Este dispositivo legal institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Este sistema desenvolve políticas públicas para abordar substâncias proibidas no Brasil. Estas incluem a prevenção do abuso destas substâncias e o estabelecimento de bases para políticas de assistência social para consumidores de drogas (Antunes; Morais, 2018).

A próxima pergunta também se referiu a Lei antidrogas onde questionava se a Lei antidrogas contribuiu para redução da criminalidade, as respostas foram: 42,4% não, 30,3% pouco e 27,3% sim, o que se pode inferir que mesmo tendo avanços jurídicos com esta Lei, sua aplicabilidade ainda deixa a desejar.

A questão décima perguntava como o sr (a) acredita que o trabalho da Polícia Militar contribui para o combate ao uso e tráfico de drogas? De forma geral, os mesmos pesquisados acreditam que o com trabalho ostensivo nas ruas, mas uma ganhou destaque onde ressaltava que “contribuí de forma preventiva e repressiva, desde a realização de programas educativos como o Proerd, até a retirada de circulação dessas substâncias por meio de ações policiais”. Conceituando, o Programa de Educação para Resistência às Drogas e à Violência – Proerd consiste em um trabalho colaborativo entre Polícia Militar, escolas e famílias. O objetivo é fornecer aos jovens estudantes as informações e as habilidades necessárias para viver uma vida saudável, sem drogas e violência.

A questão 11 questionava se o poder judiciário tem contribuído erradicação do tráfico de drogas, as repostas estão na figura 4 a seguir, onde a maior parte dos entrevistados relatou que não.

Figura4:O poder judiciário tem contribuído erradicação do tráfico de drogas?



Fonte: Autor, 2024

O penúltimo questionamento diz respeito à liberação para o uso de drogas, se na opinião deles reduziria a criminalidade, e as repostas foram respectivamente: 90,6% não, e 9,4% acreditam que sim.

Por fim, o último questionamento questionava para “o Sr(a), o que pode ser feito para melhorar as políticas públicas voltadas para o consumo, comércio e produção de substâncias psicoativas estabelecidas como ilícitas pela legislação brasileira?” a maioria das respostas se pautava no enrijecimento das leis, mas uma em destaque, na qual afirmava “reforçar as ações policiais, principalmente nas zonas de fronteira com outros Estados e Países. Desenvolvimento de atividades de inteligência concentradas no combate desse tipo de ilícito. E também realização de programas de conscientização de jovens e crianças nos diversos locais de convívio social.”

Assim, diante dessa pesquisa pode-se compreender que os males do uso de drogas são diversos, onde as pessoas acabam entrando nesse mundo por diversos motivos, sendo necessário o investimento em educação e em segurança pública para erradicar então esses males da sociedade.

5 CONCLUSÃO

A partir deste estudo, percebe-se que a CF/88 disponibiliza em parte na qual possui uma lista abrangente dos órgãos responsáveis pela segurança pública, buscando estabelecer atribuições específicas para todos os órgãos listados, dentre as quais as atribuições da Polícia Militar.

Quando se trata de manter a ordem pública, os Policiais Militares atuam de duas maneiras: ações preventivas para evitar perturbações à ordem pública e manter uma situação normal; e quando passam a atuar como polícia judiciária para a repressão imediata, as ações repressivas destinadas a restabelecer a ordem pública tomam lugar.

O estudo constatou que os crimes de tráfico de drogas afetam três elementos da ordem pública, a saber: segurança pública, tranquilidade pública e saúde pública. O dano ao direito individual à saúde pública é urgente, pois requer a intervenção da Polícia como protetores dos direitos fundamentais.

Além disso, mediante a pesquisa pode-se constatar que em Goiânia o uso de drogas entre a população está alarmante necessitando de medidas destinadas a saúde mental dos dependentes químicos, pois, além do consumo afeta também a tranquilidade da população goiana. Por fim, é necessário também um maior apoio por parte do poder judiciário com relação a dar o suporte jurídico necessário ao trabalho da Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

CECÍLIO, Leonardo Rezende. **O Brasil No Cenário Do Tráfico Internacional De Drogas: Um Estudo Multidimensional Da Realidade**. Revista SJRJ. Rio de Janeiro, v. 17. N° 29. Dez, 2010

BRASIL. LEI N° 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 26 nov.2023.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210, Mai-Ago 2006.

HYPOLITO, Laura Girardi. **A Realidade Social Do Tráfico De Drogas E Suas Implicações: Uma Análise Das Decisões Proferidas Pelo Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul, Referentes À Comarca De Porto Alegre**. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/laura_hypolito.pdf. Acesso em: 26 nov. 20223.

MACHI, Luiz Fernando Oliveira de; SÁ, Vinícius Valdir de. **A Investigação Realizada Pela Polícia Militar No Combate Ao Crime De Tráfico De Drogas: Uma Medida De Urgência Na Preservação Da Ordem Pública**. Revista Ordem Pública, v. 8, n. 1, jan./jul., 2015.

ROSA, Aline Hubaide. **A GEOGRAFIA DO CRIME: Territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e no consumo de drogas na cidade de Catalão (GO)**. Dissertação (Geografia). UFU, Uberlândia, 2015.

SILVA, A.J.A.; SILVA, L.N.; NITÃO, N.I.V. **O Brasil da Polícia Militar do Brasil: Reflexões Sobre a Construção da (In)Segurança Pública no Século 21**. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA. Editora Unijuí. Ano 5. n. 10. jul./dez., 2017.

SILVA, José Venicio Mendes da; NERES, Wesley Fábio da Silva. **O TRÁFICO DE DROGAS E O COMBATE EFETUADO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS NAS RODOVIAS DO ESTADO**. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/922/3/Jose%20Venicio%20Mendes%20Da%20Silva.pdf>. Acesso em: 26 nov. 20223.

SILVA, Ricardo Ubirajara da. **Abordagem ao domicílio por policiais militares: Prisão em flagrante no crime de tráfico de drogas**. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/797553b5-9206-46ce-ae70-9e74c22dddaa/content>. Acesso em: 26 nov. 2023.

VASCONCELOS, Fernando de Medeiros. **Historia Militar Policial: Necessidade De Uma Abordagem Historiográfica Específica**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/551299d7-851b-407e-bbeb-164b6aedd097>. Acesso em: 26 nov. 2023.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você foi chamado a participar de um estudo. Leia o conteúdo antes de enviá-lo. Se alguma questão não lhe for familiar, fale com o pesquisador envolvido no estudo ou com um membro da equipe de pesquisa para esclarecimentos.

O objetivo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar os detalhes do estudo e solicitar sua participação no estudo.

O objetivo desta pesquisa é tentar demonstrar O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO COMBATE AO USO E TRÁFICO DE DROGAS EM GOIÂNIA.

Sua contribuição para o trabalho é puramente voluntária, ou seja, não é necessária.

Caso você opte por não participar ou simplesmente renuncie à sua participação e retire seu consentimento durante a pesquisa, os cuidados que você recebe ou poderá receber na unidade não serão prejudicados.

Solicitamos adicionalmente a sua autorização para apresentar os resultados desta investigação em eventos médicos e publicá-los em revistas científicas nacionais ou internacionais. Seu nome pessoal será mantido em sigilo durante o andamento do estudo e quando os resultados forem divulgados.

Em caso de qualquer eventualidade, entrar em contato com: ELIAS PIRES DE SOUSA,, pelo telefone 62993662211.

Diante disso, marque a opção a seguir:

concordo

Discordo

ANEXO B - QUESTIONÁRIO

Nome Completo

*

RG ou CPF

*

Profissão

*

1 - Idade

*

24 ou menos

Entre 25 e 29 anos

Entre 30 e 34 anos

Mais de 35 anos

2 - Posto ou graduação

*

3 - Tempo de serviço em anos?

*

Menos de 1 ano

Entre 1 e 4 anos

Entre 5 e 9 anos

Mais de 10 anos

4 - O sr(a) percebe um aumento ou uma redução no número de pessoas consumindo drogas em Goiás?

*

Aumento

Redução

Nenhuma das alternativas

5 - Em suas abordagens na qual se depara com pessoas que utilizaram substâncias psicoativas, qual a mais utilizada?

*

Maconha

Cocaína

Crack

Drogas sintéticas

Anfetamina

LSD

6 - Mediante seu policiamento ostensivo, com que frequência o sr(a) se depara com pessoas traficando drogas?

*

Muito

Às vezes

Pouco

7 - Com base em sua experiência, qual o principal ponto de entrada para as drogas?

*

Grupo etário

Grupo étnico-racial

Classe social

Localização socioespacial

Gênero

Grupo de amizades

Rede social

Família desestruturada

8 - Como o sr(a) avalia a política de Drogas?

*

Suficiente

Pouco suficiente

Insuficiente

9 - A Lei antidrogas contribuiu para redução da criminalidade

*

Sim

Não

Pouco

10 - Como sr (a) acredita que o trabalho da Polícia Militar contribui para o combate ao uso e tráfico de drogas?

*

11 - Na opinião do sr (a) o poder judiciário tem contribuído para a redução do uso ou tráfico de drogas.

*

Sim

Não

Pouco

Nenhuma das alternativas

12 - Na opinião do sr (a) liberação do uso de droga reduziria a criminalidade?

*

Sim

Não

Nenhuma das alternativas anteriores